

METAS E PRIORIDADES PARA 2016

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2016 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que aprovou o Plano Plurianual de 2014-2017 e demais alterações, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei. CÂMARA MUNICIPAL:

2.001	Manutenção da remuneração dos agentes políticos
2.002	Manunteção da remuneração dos funcionários
2.003	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
2.004	Implantação dos serviços da TV Câmara
3.001	Construção e Ampliação da Câmara Municipal
3.002	Aquisição de móveis e equipamentos p/ Câmara Municipal
3.003	Aquisição de Veículo para a Câmara Municipal

EXECUTIVO MUNICIPAL:

2.005	Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município
2.006	Manutenção das Atividade da Assessoria de Comunicação
2.007	Manutenção dos Serviços Administrativos da Sec. Mun. de Educação
2.008	Manutenção dos Conselhos Municipais
2.009	Manutenção do Transporte Escolar da Ed. Infantil
2.010	Centro de Pesquisa e Capacitação de Recursos Humanos da Ed. Infantil
2.011	Administração da dívida e demais obrigações da Ed. Infantil
2.012	Locação de Imóveis e Veículos p/ Ed. Infantil
2.013	Manutenção do Transporte Escolar
2.014	Centro de Pesquisa e Capacitação de Recursos Humanos do Ens.
	Fundamental
2.015	Administração da dívida e demais obrigações
2.016	Locação de Imóveis e Veículos p/ Ens. Fundamental
2.017	Elaboração de Diário de Classe Eletrônico do Ens. Fundamental
2.018	Manutenção e renovação do acervo bibliográfico
2.019	Manutenção da Biblioteca Pública Municipal
2.020	Manutenção das Atividades da Educação Infantil
2.022	Administração e Regência do FUNDEB(60%) da Ed. Infantil
2.023	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
2.024	Centro de Pesquisa e Capacitação do RH do Ens. Fundamental
2.025	Administração e Regência do FUNDEB(60%) do Ens. Fundamental
2.026	Manutenção do Transporte Escolar dos Alunos do EJA
2.027	Manutenção das Atividades do EJA
2.028	Administração e Regência do FUNDEB(60%) do EJA
2.029	Manutenção das Atividades da Educação Especial
2.030	Elaboração e manutenção de programas de Educação Incluisiva
2.031	Adequação e Manut. do Transporte Escolar p/ atendimento dos alunos
	portadores de nec. especiais
2.032	Manutenção e Criação do Pólo Municipal de Apoio Presencial

gen



	Alleman annually
2.033	Merenda Escolar
2.034	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
2.035	Plano de Ações Articuladas – PAR
2.036	Manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos-PEJA
2.037	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
2.038	Manut. das Ativ. de Elaboração de Projetos e Programas de
	desenvolvimento de município
2.039	Realização de Concurso Público e Reforma Administrativa
2.040	Custeio de Inativos e Pensionistas
2.041	Contribuição a Associação dos Prefeitos e Amunes
2.042	Manutenção dos Serviços de Publicidades dos Atos Administrativos
2.043	Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças
2.044	Manutenção da Contribuição ao PASEP
2.045	Mapeamento da Zona Urbana e Regularização de Imóveis
2.046	Implantação e Manutenção da Nota Fiscal Eletrônica
2.047	Manutenção das Atividades de Fiscalização Tributária e Educação Fiscal
2.048	Adminstração da Dívida Interna e Demais Obrigações
2.049	Cumprimento de Precatórios e outras Sentenças
2.050	Elaboração de Diário de Classe Eletrônico da Educação Infantil
2.051	Manutenção e implementação do Programa Jovem Empreendedor
2.052	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde
2.053	Manutenção das Atividades de Fitoterapia, Homeopatia e Massoterapia
2.054	Manutenção das Atividades do CAPS
2.055	Manutenção dos serviços de exames laboratoriais e especialidades
2.056	Manutenção das Atividades da Saúde Bucal
2.057	Manutenção das Atividades da Saúde Mental
2.058	Manutenção das Atividades de Assistência ao Idoso
2.059	Manutenção das Atividades do PACS
2.060	Manutenção das Atividades do PSF
2.061	Manutenção das Atividades de Prevenção ao Tabagismo
2.062	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Mulher e da Criança
2.063	Manutenção das Unidades de atendimento de Saúde e Hospitalar
2.064	Manutenção das Atividades da vigilância sanitária e ambiental
2.065	Manutanção das Ativ. do Programa de Vigilância Epidemiológica
2.066	Manutenção das Atividades da Assistência Farmaceutica
2.067	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal de Saúde
2.068	Manutenção das Atividades de Controle, Monitoramento e avaliação-SUS
2.069	Manutenção das Atividades do Consórcio de Saúde - Pedra Azul
2.070	Manutenção e Renovação da Frota da Saúde
2.071	Manutenção das Atividades de Educação em Saúde
2.072	Manutenção das atividades da secretaria de Obras e Serviços Urbanos
2.073	Manutenção de vias públicas
2.074	Manutenção de Praças, Parques e Jardins
2.075	Apoio a Defesa Civil
2.076	Manutenção do cemintério público
2.077	Manutenção dos serviços de iluminação pública



2.078	Manutenção da fábrica de manilhas, blocos e outros
2.079	Manutenção da torre de TV e repetidores
2.080	Manutenção do cemitério público
2.081	Manutenção e reabertura de estradas, pontes e bueiros
2.082	Manutenção das atividades da Sec. de Interior e Transportes
2.083	Manutenção da malha viária e estradas vicinais
2.084	Manutenção da frota de veículos e oficina mecânica
2.085	Implantação e manutenção da garagem municipal
2.086	Manutenção das Atividades da Sec. de Agricultura, Indústria e Comércio
2.087	Implantação e manutenção do centro de comercialização de produtos agrícolas
2.088	Implantação e manutenção do matadouro municipal
2.089	Manutenção das atividades do programa de distribuição do bloco de produtor
2.090	Manutenção das atividades de cooperação técnica com a INCAPER
2.091	Manutenção e estruturação do viveiro de mudas
2.092	Manutenção dos equipamentos e estruturas utilizadas nas atividades agropecuárias
2.093	Assistência técnica ao pequeno e médio produtor e realização de curso de capacitação
2.094	Manutenção das atividades da Divisão de Meio Ambiente
2.095	Manutenção dos serviços de limpeza pública
2.096	Manutenção das atividades da Usina de Lixo
2.097	Repasse financeiro ao consórcio Caparaó
2.098	Revitalização do horto florestal
2.099	Manutenção das atividades de reflorestamento e Viveiro de Mudas
2.100	Manutenção e estruturação do paissagismo visual urbano
2.101	Manutenção das atividades da divisão de cultura
2.102	Manutenção da casa da cultura
2.103	Manutenção e Implantação da escola de música
2.104	Manutenção das atividades de promoção cultural
2.105	Manutenção das atividades da divisão de turismo
2.106	Manutenção e revitalização das atividades turísticas
2.107	Realização de Festas e Promoção do agroturismo
2.108	Revitalização da sinalização
2.109	Manutenção e implantação da rota imperial São Pedro de Alcantara
2.110	Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer
2.111	Mantenção das Atividades Esportivas
2.112	Manutenção das Atividades das Escolinhas Esportivas
2.113	Manutenção das Atividades da Secretaria de Ação Social
2.114	Manutenção das Atividades dos Conselhos da Assistência Social
2.115	Manutanção das Atividades do Conselho Tutelar
2.116	Manutenção do Programa de Apoio à Pessoa Idosa
2.117	Manutenção das Atividades da Criança de 0 a 6 anos
2.118	Manutenção das Atividades de Apoio ao Jovem - Projovem
2.119	Manutenção das Atividades do Bolsa Família



2.120	Manutenção das Atividades do PAIF	
2.121	Manutenção das Atividades do Nosso Crédito	
2.122	Manutenção das Oficinas do CRASS	
2.123	Concessão de Auxílio Funeral	
2.124	Concessão de Auxílio Natalidade	
2.125	Concessão de Adxillo Natalidade Concessão de benefícios assistenciais e eventuais	
2.126	Manutenção e apoio a eventos e multirões sociais	
2.127	Apoio financeiro à CAMAG	
2.128	Apoio Financeiro à APAE	
2.129	Apoio Financeiro à AFAL Apoio Financeiro à PESTALOZE	
2.130	Apoio Financeiro à À Casa da Aliança	
2.131	Apoio Financeiro à São Vicente de Paula	
2.132	Manutenção das Atividades da Merenda Escolar	
2.132	Manutenção das Atividades da Merenda Escolar	
2.134	Implantação e Manutenção do Programa Sentinela e Prevenção à	
2.134	Toxicomania	
2 125		
2.135	Reserva de Contingência	
2.136	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	
2.137	Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município	
2.138	Manutenção e Implantação da Fanfarra Municipal	
2.139	Destinação Final Adequada de resíduos Sólidos – CONSUL	
2.140	Manutanção das Atividades da Casa Lar	
2.141	Manutenção das Atividades do Centro de Vivência do Idoso	
2.142	ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES	
3.004	Expansão e Melhoria na Rede Física do Ensino Fundamental	
3.005	Construção, manutenção e reforma de quadra p/ Ens. Fundamental	
3.006	Construção e ampliação da Sede Própria da Biblioteca Municipal	
3.007	Expansão e Melhoria na Rede Física da Ed. de Jovens e Adultos.	
3.008	Expansão e melhoria da rede Física da Educação Especial	
3.009	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Gabinete do Prefeito	
3.010	Aquisição de Veículos e Equipamentos p/ a Administração Municipal	
3.011	Aquisição de Veículos e Material Permanente p/ Sec. de Finanças	
3.012	Expansão e Melhoria na Rede Física do Ensino Fundamental-Convênios	
3.013	Construção do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	
3.014	Construção da Sede da Secretaria Municipal de Saúde	
3.015	Construção, ampliação e reforma de Unidades de Saúde	
3.016	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Saúde	
3.017	Reparos, Construção e Conservação de Prédios Públicos	
3.018	Construção, conservação e reabertura de vias públicas	
3.019	Reforma e ampliação do cemitério público	
3.020	Construção e reforma de Galerias Pluviais	
3.021	Expansão e melhoria na rede de iluminação pública urbana e rural	
3.022	Contenção de encostas e construção de muros de arrimo	
3.023	Construção e reforma de banheiros públicos	
3.024	Implantação da torre de TV e repetidor	
3.025	Construção de casas populares	



3.026 Aquisição d	e veículos e máquinas pesadas
3.027 Implantação	o de Projeto de Macrodrenagem e Saneamento
3.028 Renovação	de máquinas, equipamentos e veículos da frota municipal
3.029 Construção	e implantação de laticínio
3.030 Aquisição d	e veículos e equipamentos p/ beneficiamento de produtos
agrícolas	
3.031 Aquisição d	e veículos e equipamentos p/ fortalecimento da produção
agropecuár	ia -
3.032 Implantação	o do galpão p/ classificação de tomate
3.033 Instalação e	e funcionamento de despolpadores de café
3.034 Aquisição d	e veículos e equipamentos p/ limpeza pública
3.035 Aquisição d	e veículos e equipamentos p/ Usina de Lixo
3.036 Construção	de fossas sépticas
3.037 Implantação	o e estruturação do centro de eventos
3.038 Construção	e melhoria da casa do artesanato
3.039 Reestrutura	ção da Casa da Cultura
3.040 Construção	e estruturação do museu do tropeiro
3.041 Construção	do teatro municipal
3.042 Revitalizaçã	o da Rota Caminhos do Tropeiro
3.043 Construção	do portal de acesso ao município
1	do mirante do horto florestal
	e Veículos e Equipamento p/ Sec. de Esporte e Lazer
	e estruturação de Campos de Futebol
_	de Quadras Poliesportivas
1	Ampliação do Estádio Municipal e Outros
	e Veículos e Equipamentos p/ Assistência Social
	e estruturação física do CRASS
	e Manut. do Centro de Vivência
1	e Manutenção da Casa da Criança
	Melhoria na Rede Física da Educação Infantil
1	manutenção e reforma de quadra p/ Ed. Infantil
	de Praças, Parques, Jardins, Passarelas e vias públicas
	o e Estuturação do Centro Cultural
3.057 Construção	200 200 200 200 200 200 200 200 200 200
	o da Casa de Apoio
3.059 REESTRUTU	RAÇÃO E MELHORIA DO PETI

Ibatiba (ES), 02 de julho de 2015.

JOSÉ ALCURE DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais (Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2016 levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2016-2018 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

No que se refere ao resultado nominal, este indicador tem como objetivo medir a variação do endividamento público através da diferença do estoque líquido da dívida no final de cada exercício, e no caso específico do triênio 2016-2018, a variação será negativa para os últimos anos do triênio, indicando com isso, que houve uma redução da dívida do município.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2016-2018 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.

É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.



As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Implantação do Programa de modernização Tributária;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.

Ibatiba (ES), 02 de julho de 2015.

JOSÉ ALCURE DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre recitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo. Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gato com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2016-2018, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações

gu



judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não-ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, consequentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre (opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a re-alocação ou redução de despesas.

Ibatiba (ES), 02 de julho de 2015.

JOSÉ ALCURE DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

Origem: Prefeito Municipal José Alcure de Oliveira